



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

ACTA DA QUINTA SESSÃO ORDINÁRIA DE 2015 DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA REALIZADA A DEZASSETE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E QUINZE

Acta nº 5/2015

Aprovada em 07/10/2016

No dia dezassete de Novembro de dois mil e quinze teve lugar no salão Nobre dos Paços do Município de Coimbra a quinta sessão ordinária de 2015 da Assembleia Municipal de Coimbra, convocada com a seguinte Ordem de Trabalhos:

I – ABERTURA DOS TRABALHOS

Informações do Presidente

II - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenções dos Deputados Municipais

III - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Intervenção do Presidente da Câmara;

2. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016, da Câmara Municipal de Coimbra e anexos:

- Celebração de contratos de delegação de competências e “Acordos de Execução” entre a Câmara Municipal de Coimbra e as Uniões e Juntas de Freguesia;
- Autorização Prévia no âmbito da LCPA;
- Mapa de Pessoal para 2016;

3. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016 dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra e anexo:

- Mapa de Pessoal para 2016;

4. Derrama do ano de 2015 a liquidar e cobrar em 2016;

5. Participação variável no IRS para 2016;

6. Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) 2016;

7. Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) relativo a 2016, a liquidar e cobrar em 2016;

8. Associação “Caminhos de Fátima”:

- Constituição da Associação
- Estatutos

9. AC, Águas de Coimbra, EM – tomar conhecimento;

10. IPARQUE, S.A – EM – tomar conhecimento;

11. Prodeso – Ensino Profissional, Lda. – tomar conhecimento;

12. Jogos Europeus Universitários – EUG Coimbra 2018 – Minuta do Acordo de Colaboração – tomar conhecimento.

Participaram nesta sessão os seguintes deputados municipais:

Grupo Municipal Partido Socialista (PS):

Eleitos directos

Luís Marinho, Ferreira da Silva, Isabel Vargues, Maria do Céu Fialho, Mário Carvalho, Rosa Isabel, António Sequeira, Ângela Pinto Correia, Isabel Garcia, Horácio Santiago, José Cortesão, Ana Bravo e Juvenal Sousa.

Presidentes de Junta de Freguesia António Coelho, João Marques, Fernando Santos, José Salgado, Paulo Cardoso, Diamantino Jorge, Fernando Abel, Manuel Veloso e Jorge Veloso.

Grupo Municipal “Por Coimbra” (PPD/PSD/PPM/MPT):

Eleitos directos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Manuel Rebanda, Helena Moura Ramos, Cabral de Oliveira, Ana Janine, Alexandre Barros, Rui Marques, Isabel Agreira, Júlio Gaudêncio, Braga da Cruz e Inês Costa.

Presidentes de Junta de Freguesia: José Simão, Graça Oliveira, Hélder Rodrigues, José Filipe e Ricardo Rodrigues.

Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU):

Eleitos directos

Manuel Rocha, Margarida Fonseca, Jorge Seabra, Paulo Coelho, Isabel Melo.

Presidentes de Juntas de Freguesia:

José Pimenta e Jorge Mendes.

Grupo Municipal Cidadãos Por Coimbra (CpC):

Eleitos directos

José Reis, Leonor Barata, José Bandeirinha e Catarina Martins.

Grupo Municipal Partido Popular (CDS/PP):

Eleitos directos

Sampaio e Nora

Presidente de Junta de Freguesia:

Rui Soares

Presenças da Câmara Municipal

Além do Presidente da Câmara, Manuel Machado, estiveram presentes a Vice-Presidente Rosa Reis Marques, os Vereadores Carlos Cidade, Jorge Alves, Carina Gomes, Francisco Queiroz e Raimundo Mendes da Silva.

Mesa:

Presidiu a sessão o Presidente da Assembleia Municipal Luís Marinho que foi secretariado por Helena Moura Ramos, como Primeira Secretária e Maria Ângela Pinto Correia, em substituição do Segundo Secretário.

O Presidente da Mesa da Assembleia iniciou a sessão quando eram catorze horas e trinta minutos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento dos seguintes pedidos de renúncia de mandato, nos termos do artigo 13º e do nº 1 do artigo 145º do Regimento da Assembleia Municipal – mandato 2013-2017, revisto e aprovado em Sessão Ordinária de 29 de Abril de 2015 e, nos termos da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, bem com os pedidos de suspensão de mandatos nos termos do artigo 78º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro:

Grupo Municipal Partido Socialista (PS):

Deputado municipal **Manuel Milagre**, pedido de *suspensão de mandato*, pelo período de 6 meses, com início a 2 de Novembro de 2015, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **José Cortesão**;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deputado municipal **Nuno Silva**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Ana Bravo**;

Deputado municipal **André Oliveira**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Juvenal Sousa**;

Grupo Municipal “Por Coimbra” (PPD/PSD/PPM/MPT):

Deputado municipal **Maló de Abreu**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Inês Costa**;

Deputado municipal **Nuno Freitas**, pedido de *suspensão de mandato*, pelo período de 6 meses, com início a 16 de Novembro de 2015, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Júlio Gaudêncio**;

Deputado municipal **Rui Campos**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Cristina Agreira**;

Deputado municipal **Dino Alves**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Braga da Cruz**;

Deputado municipal **Manuel de Oliveira**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Graça Oliveira**;

Grupo Municipal Coligação Democrática Unitária (CDU):

Deputado municipal **Pinto Ângelo**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pelo Deputado Municipal **Carlos Ferreira**, que não compareceu;

Deputada municipal **Vitor Carvalho**, pedido de *suspensão de mandato*, para esta sessão, tendo sido substituído, pela Deputada Municipal **Isabel Melo**;

Todas as substituições foram efectuadas nos termos do nº 1 artigo 79º da Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, bem como nos termos do artigo 13º e, do nº 1 do artigo 145º do Regimento da Assembleia Municipal.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal abriu a sessão informando estarem abertas as inscrições para o “*Período de Antes da Ordem do Dia*”.

I – ABERTURA DOS TRABALHOS - INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE

Intervenções do Presidente da Assembleia Municipal: - ([áudio 02:42 a 11:29 minutos – 1ª gravação](#))

- Aprovação da Ordem de Trabalhos;
- Substituição do 1º Secretário da Mesa – Vitor Carvalho por Maria Ângela Pinto Correia;
- Pedidos de substituições feitos com a antecipação máxima de 48 horas;
- Intervenções, por escrito, a remeter antecipadamente aos serviços da Assembleia Municipal;
- Minuto de silêncio em memória das vítimas dos atentados em França.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

II - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: - ([áudio 12:30 a 13:36 minutos - 1ª gravação](#))

Informa que recebeu uma *Moção da Coligação Cidadãos por Coimbra*, sobre “*Grande Opções*” (*alterações às rubricas do orçamento municipal*) que foi distribuída.

Intervenções dos Deputados Municipais

Intervenção da deputada municipal Leonor Barata (CpC): - ([áudio 13:58 a 19:42 minutos - 1ª gravação](#) - Anexo nº 1)

- Vítimas dos atentados em França;
- Programação da *Bienal Ano Zero*;
- Discussão do Orçamento da Câmara Municipal.

Intervenção do deputado municipal Mário Carvalho (PS): - ([áudio 20:03 a 23:53 minutos - 1ª gravação](#))

- Requalificação da zona do Estádio universitário – Santa Clara;
- Comentário sobre a notícia relativa à “*iluminação, Coimbra a melhorar*”

Intervenção da deputada municipal Cristina Agreira (CPC): - ([áudio 24:15 a 26:38 minutos - 1ª gravação](#) - Anexo nº 2)

- Pergunta ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, sobre o IKEA e sobre o grupo IBM;
- Pergunta sobre investimento de uma operadora de Telecomunicações e ainda, sobre outra empresa tecnológico, dinamarquesa.

Intervenção da deputada municipal Isabel Garcia (PS): - ([áudio 26:57 a 29:12 minutos - 1ª gravação](#))

- Vítimas dos atentados em França;
- “*Caminhos de Fátima e de Santiago de Compostela*” e a segurança dos peregrinos.

Intervenção do deputado municipal Manuel Rebanda (CPC): - ([áudio 29:29 a 30:30 minutos - 1ª gravação](#)- anexo 3)

- Solidariedade para com as vítimas dos atentados em França;
- Apresentação de voto de pesar pelo falecimento do Dr. José Alberto Pereira Coelho que foi membro desta Assembleia Municipal.

Intervenção do deputado municipal Jorge Seabra (CDU): - ([áudio 30:52 a 38:18 minutos - 1ª gravação](#)- anexo 4)

- Vítimas dos atentados em França e repúdio do terrorismo.

Intervenção do deputado municipal Júlio Gaudêncio (CPC): - ([áudio 38:38 a 44:08 minutos - 1ª gravação](#)- anexo 5)

- Crítica ao Presidente da Câmara, sobre:
Centro de Convenções e Espaço Cultural do Convento de S. Francisco e seu Modelo de Gestão e Plano Estratégico; Dinamização do IParque; Recuperação das áreas classificadas como Património da Humanidade, Centro Histórico e revitalização do Comércio Tradicional; Infraestruturas de Ensino, Culturais, Desportivas e de Lazer; Cumprimento dos protocolos com as Juntas e Uniões de Freguesias.

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU): - ([áudio 44:27 a 49:45 minutos - 1ª gravação](#)- anexo 6)

- Apoio aos compromissos assumidos, pelos quatro partidos da Assembleia República, que sustentam a actual solução governativa e representam a maioria do voto popular;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do deputado municipal Rui Marques (CPC): - [\(áudio 50:06 a 54:41 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Contra a intervenção da CDU e contra a governação do Partido Socialista.

Intervenção da deputada municipal Maria do Céu Fialho (PS): - [\(áudio 55:18 a 59:48 minutos – 1ª gravação\)](#)

- Respeito pelo voto popular e pela vontade maioritária do povo português

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): - [\(áudio 00:07 a 05:10 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Respeito pelas vítimas dos atentados em França;
- Critica a direita portuguesa;
- Resposta ao Deputado Gaudêncio, sobre o orçamento da Câmara Municipal;

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU): - [\(áudio 05:28 a 08:21 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Respeitar o voto do povo;
- Respeitar a democracia, é respeitar os órgãos de soberania;

III - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Intervenção do Presidente da Câmara: - [\(áudio 08:46 a 24:22 minutos – 2ª gravação\)](#)

Nos termos da al. c) do nº 2 do artº 75º da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro, foi apresentada e distribuída a informação escrita acerca da actividade e situação financeira da Câmara Municipal durante o período. O Presidente da Câmara Municipal esclareceu os pontos da sua informação escrita, bem com as questões levantadas pelos deputados municipais no “*Período de Antes da Ordem do Dia*”.

- Saudou os valores da república e da democracia, a propósito dos atentados em França;
- Louvou o Espectáculo de Solidariedade com os estudantes Sírios, promovido pelos Antigos Orfeonistas, no Conservatório de Música de Coimbra e patrocinado pelo antigo Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio;
- Faz ponto de situação da travessia do Botânico;
- Informa sobre a acção em tribunal relativamente aos sobreiros da margem esquerda do Mondego;
- Refere que as Águas de Coimbra, pagaram 4 milhões m3 de água que Coimbra nunca consumiu o que qualifica como extorsão;
- Assume não autorizar a transferência de 2 milhões de euros e critica a contabilidade criativa;
- Informa que, Coimbra sempre foi pioneira do serviço de iluminação pública municipal e que as actuais circunstâncias e as condicionantes económicas e jurídicas levam a que a questão do contrato de concessão, só seja aceitável se não prejudicar o interesse público municipal.
- Informa ir receber imediatamente o Senhor Embaixador dos Estados Unidos.

Intervenção da deputada municipal Helena Moura Ramos – 1ª Secretária da Mesa (CPC): - [\(áudio 24:35 a 25:51 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Pedido de esclarecimentos, sobre o IKEA, em Coimbra.

Intervenção do Presidente da Câmara: - [\(áudio 25:56 a 31:02 minutos – 2ª gravação\)](#)

- Responde que a instalação do IKEA está afecta ao Planalto de Santa Clara;
- Responde que a situação dos sobreiros, está a ser tratada, em tribunal;
- Responde que os acessos ao IKEA, sabe terem sido tratados em diversas reuniões, sem que haja algum documento formal com partilha de responsabilidades. Não existe documento na Câmara Municipal sobre estes compromissos;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- Informa que o IKEA foi aceite para o Planalto de Santa Clara, mas existem várias questões judiciais, que estão a ser tratadas pelos juristas desta Câmara Municipal.

2. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016, da Câmara Municipal de Coimbra e anexos:

- **Celebração de contratos de delegação de competências e “Acordos de Execução” entre a Câmara Municipal de Coimbra e as Uniões e Juntas de Freguesia;**
- **Autorização Prévia no âmbito da LCPA;**
- **Mapa de Pessoal para 2016;**

Intervenção do deputado municipal José Reis (CpC): [-\(áudio 32:17 a 43:44 minutos - 2ª gravação - anexo 7\)](#)

- Declara voto contra o orçamento financeiro da Câmara Municipal de Coimbra por não incluir um orçamento participativo.

Intervenção do Presidente U F de Santa Clara e Castelo Viegas: [-\(áudio 44:09 a 45:53 minutos - 2ª gravação\)](#)

- Declara Voto contra o orçamento financeiro da Câmara Municipal, por falha nas obras da sua freguesia;
- Lamenta, IKEA só em 2018.

Intervenção do Presidente U F de Souselas e Botão: [-\(áudio 51:15 a 54:29 minutos - 2ª gravação\)](#)

- Declara Voto contra, este orçamento, porque não foi ouvido;
- Refere obras na Curva da Zouparria, Ponte do Botão e o Campo de Souselas.

Intervenção do Presidente U F de Taveiro, Ameal e Arzila: [-\(áudio 54:53 a 56:36 minutos - 2ª gravação\)](#)

- Refere não haver dinheiro para as obras Cemitério do Ameal;
- Refere a necessidade pessoal de contacto com Senhor Presidente da Câmara.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): [-\(áudio 57:00 - 2ª gravação aos 09:58 minutos - 3ª gravação\)](#)

- Critica a Moção do Movimento dos Cidadãos por Coimbra, por não distinguir entre alteração e divisão orçamentais.
- Afirma que nem a alteração da Lei do POCAL, nem a Lei das Finanças Locais, foram alteradas pelo que falta justificação para as propostas dos CpC.
- Sublinha ser m orçamento mais curto e mais equilibrado e também de contingência por não ser conhecido o Orçamento de Estado;
- Preocupa-se com o risco de perda de financiamentos com os empréstimos contraídos pela Câmara, tais como, as contratualizações já aprovados para a Requalificação do Terreiro da Erva e da Requalificação do Centro;
- Sublinha a transferência de 1% da receita do IMI, para as juntas de freguesias, a baixa do IRS, os não despedimentos e o cumprimento das 35 horas de trabalho, bem como o não recurso ao crédito e a diminuição do passivo da Câmara.

Intervenção do deputado municipal José Reis (CpC): [-\(áudio 10:17 a 11:08 minutos - 3ª gravação\)](#)

- Interroga sobre quais são as normas e os preceitos legais, que a sua moção viola.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): [-\(áudio 11:13 a 12:07 minutos - 3ª gravação\)](#)

- Responde sublinhando a irrelevância das afirmações do Senhor Deputado.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do deputado municipal José Reis (CpC): [-\(áudio 12:09 a 12:15 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Pede que se considere irrelevante a afirmação aqui feita pelo Senhor Deputado, visto que ele não sabe justificá-la.

Intervenção do deputado municipal Manuel Rebanda (CPC): [-\(áudio 12:34 a 15:19 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Declara Voto contra das GOP's 2016;
- Critica o IMI por não relevar as famílias com filhos.

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU): [-\(áudio 15:41 a 20:22 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Declara que embora num financiamento apertado se devem apoiar as freguesias;
- Considera que a justiça fiscal é uma questão nacional e não se resolve no âmbito municipal;
- Considera que o orçamento não reflecte o impacto do renascimento do Convento de S. Francisco e sublinha boas notícias quanto aos SMTUC;
- Declara Voto de abstenção ao orçamento.

Intervenção do deputado municipal Júlio Gaudêncio (CPC): [-\(áudio 20:59 a 21:29 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Questiona a questão da participação da CDU na elaboração do orçamento.

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU): [-\(áudio 21:33 a 21:44 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Responde que não são autores deste orçamento.

Intervenção do deputado municipal Mário Carvalho (PS): [-\(áudio 21:52 a 30:07 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Refere e desenvolve, em relação a este orçamento os seguintes pontos: Acção Social; Apoio CPCJ; Abandono escolar; Apoio aos idosos carenciados e isolados e em risco; Educação-GOP'S 2016 – Transportes escolares; Promoção de hábitos de alimentação saudável; Distribuição de manuais escolares; Programa municipal de apoio às famílias no período de férias escolares; Colaboração com as juntas de freguesias em pequenas reparações e parque escolar.

Deliberação nº 50/2015 (17/11/2015)

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, datada de 30 de Outubro de 2015, deliberou, *por maioria, com 22 votos a favor, 12 contra e 8 abstenções*, aprovar a *Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016, da Câmara Municipal de Coimbra*.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Deliberação nº 51/2015 (17/11/2015)

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, datada de 30 de Outubro de 2015, deliberou, *por maioria, com 24 votos a favor, 4 contra e 16 abstenções*, aprovar a *Celebração de contratos de delegação de competências e “Acordos de Execução” entre a Câmara Municipal de Coimbra e as Uniões e Juntas de Freguesia*.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Deliberação nº 52/2015 (17/11/2015)

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, datada de 30 de Outubro de 2015, deliberou, *por maioria, com 29 votos a favor, 17 contra e 2 abstenções*, aprovar a *Autorização Prévia no âmbito da LCPA*.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos

Deliberação nº 53/2015 (17/11/2015)

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, datada de 30 de Outubro de 2015, deliberou, *por maioria, com 32 votos a favor, e 12 votos contra*, aprovar o *Mapa de Pessoal para 2016*.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: – [\(áudio 46:03 a 47:13 minutos – 3ª gravação\)](#)

Recebeu e leu a Moção – “Modificações às GOP’s” do Movimento dos CpC.

Moção

Anexo 8

A Assembleia Municipal de Coimbra decide que todas as modificações ao Orçamento Municipal aqui aprovado que, acumuladas, levem a que uma rubrica da classificação económica a 4 dígitos ultrapasse em 10% o que está estabelecido, sejam necessariamente objecto de apresentação fundamentada a esta Assembleia, não apenas para que delas tome conhecimento mas também para que autorize a ampliação desta margem.

Decide também que a proposta de Orçamento da Câmara deve incluir uma previsão do saldo de gerência do ano anterior.

Intervenção do deputado municipal José Reis (CpC): – [\(áudio 47:20 a 48:35 minutos – 3ª gravação\)](#)

– Solicita acresceto na 5ª linha do seguinte: “... *sob a forma de revisão orçamental...*”.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): – [\(áudio 48:41 a 49:58 minutos – 3ª gravação\)](#)

– Declara que só há 2 formas de modificar o orçamento que são, a alteração e revisão orçamental, segundo as normas do POCAL, da Lei das Finanças Locais, da Lei das Competências da Assembleia Municipal e da Lei das Competências da Câmara Municipal. Em consequência, pede que a Moção baixe à Comissão Jurídica, para análise e, não seja votada.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: – [\(áudio 50:06 a 56:15 minutos – 3ª gravação\)](#)

– Manifesta dúvidas sobre a competência desta Assembleia, em matéria do POCAL. As Normas de Controlo Interno e a Normas de Regulamento Interno de Fundo de Maneio, são matérias de competência material da Câmara Municipal, relativamente às quais a Assembleia Municipal, não tem qualquer poder;

– Declara que irão ser votadas as duas propostas, devendo moção processual ser votada em primeiro lugar.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): – [\(áudio 56:17 a 57:37 minutos – 3ª gravação\)](#)

– Declara que esta Assembleia não pode ir contra a lei, designadamente, contra a Lei Constitucional, deturpando os poderes da Câmara Municipal e, por isso, propõe que a proposta dos CpC, baixe à Comissão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do deputado municipal Manuel Rebanda (CPC): [-\(áudio 57:45 a 58:31 minutos – 3ª gravação\)](#)

- Defende que uma moção apresentada deve ser votada e se houver problema, a seu tempo a Comissão dos Assuntos Jurídicos, o declarará.

Intervenção do deputado municipal José Reis (CpC): [-\(áudio 00:01 a 01:37 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Manifesta-se, contra os argumentos que complicam estes procedimentos simples que se utilizam na Assembleia da República e que neste caso, estão previstos como forma de revisão.

Intervenção do deputado municipal Horácio Santiago (PS): [-\(áudio 01:52 a 02:57 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Declara se é reconhecido ser da competência da Assembleia Municipal, não temos que reforçar as mesmas.

Intervenção do deputado municipal Jorge Seabra (CDU): [-\(áudio 03:08 a 04:51 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Reforça que para a CDU o papel da Assembleia é a fiscalização do executivo, nomeadamente, nas questões orçamentais;
- Se houver alguns excessos de ilegalidade deve ser avaliado e exigido ao Presidente da Câmara e ao Executivo, que não ultrapassem os seus poderes.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: [-\(áudio 07:18 a 07:42 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Solicita ao Senhor Deputado Ferreira da Silva que apresente a sua proposta de baixa à Comissão, por escrito.

Intervenção do deputado municipal José Reis (CpC): [-\(áudio 07:44 a 08:12 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Afirma que vai ser posta à votação uma proposta que ainda não foi votada.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: [-\(áudio 08:13 a 09:50 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Responde que a sua primeira ideia foi votar imediatamente a moção substancial do CpC, mas que havendo uma outra proposta que levanta uma questão processual, tem que dar precedência a esta, segundo as normas gerais do direito;
- Dá a conhecer e lê a proposta do Partido Socialista.

PROPOSTA

Anexo 9

Propomos que a proposta do Deputado José Reis baixe, previamente, à Comissão de Assuntos Jurídicos da Assembleia Municipal.

Intervenção do deputado municipal José Reis (CpC): [-\(áudio 09:51 a 10:28 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Informa que não faz sentido declarar a proposta, inconstitucional.

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: [-\(áudio 10:31 a 20:25 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Solicita ao Deputado Ferreira da Silva, considerando que a sua proposta é meramente processual, que retire dela qualquer juízo de valor sobre constitucionalidade ou legalidade;
- Nesse sentido, pediu ao Deputado Ferreira da Silva que aceite retirar tudo o que retire à sua proposta um carácter meramente processual;
- Em seguida, pôs à votação a proposta para baixar ou não à Comissão dos Assuntos Jurídicos.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deliberação nº 54/2015 (17/11/2015)

A Assembleia Municipal, sob proposta do Senhor Deputado Ferreira da Silva do Partido Socialista, datada de 17 de Novembro de 2015, deliberou, *reprovar, com 21 votos a favor, 26 votos contra e 1 abstenção, a Proposta de baixar à Comissão dos Assuntos Jurídicos.*

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos

Deliberação nº 55/2015 (17/11/2015)

A Assembleia Municipal, sob proposta do Senhor Deputado José Reis da Coligação por Coimbra, datada de 17 de Novembro de 2015, deliberou, *por maioria, com 25 votos a favor, 22 votos contra, aprovar a Moção apresentada pelo Senhor Deputado José Reis sobre o Orçamento da Câmara e que inclui uma previsão do saldo de gerência do ano anterior, baixar à Comissão dos Assuntos Jurídicos.*

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos

Declaração de voto do Presidente da Assembleia Municipal: [-\(áudio 20:25 20:35 minutos - 4ª gravação\)](#)

– Senhores Deputados, esta Moção vai baixar à Comissão de Assuntos Jurídicos, que vos dará nota do que vier a acontecer no próximo passo.

Declaração de voto do Presidente U F de Souselas e Botão: [-\(áudio 21:33 a 22:05 minutos - 4ª gravação\)](#)

– Declara a sua intenção de colaboração e pede que olhem com mais atenção para a zona norte de Coimbra.

3. Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016 dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra e anexo:

– Mapa de Pessoal para 2016;

Deliberação nº 56/2015 (17/11/2015)

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal de Coimbra, datada de 30 de Outubro de 2015, deliberou, *por maioria, com 29 votos a favor, 4 votos contra e 13 abstenções, aprovar as Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2016 dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra e respectivo Mapa de Pessoal para 2016.*

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos

4. Derrama do ano de 2015 a liquidar e cobrar em 2016;

Deliberação nº 57/2015 (17/11/2015)

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal de Coimbra, datada de 26 de Outubro de 2015, deliberou, *por unanimidade, aprovar a Derrama do ano de 2015 a liquidar e cobrar em 2016.*

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos

5. Participação variável no IRS para 2016;

Intervenção da Deputada Municipal Isabel Melo (CDU): [-\(áudio 27:14 a 27:40 minutos - 4ª gravação - Anexo 10\)](#)

– Declara voto contra da CDU.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção da Deputada Municipal Catarina Martins (CpC): [– \(áudio 28:09 a 30:45 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Critica o facto do Presidente da Câmara não estar presente e a não existência do orçamento participativo. Considera o abaixamento da receita do IRS, uma ficção, porque não é progressivo;
- Declara o voto contra dos CpC.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): [– \(áudio 31:08 a 32:54 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Responde à Deputada Catarina Martins, criticando-a por não apoiar as devoluções às famílias e lembra que a Assembleia, não tem competência para alterar escalões de IRS.

Intervenção do deputado municipal Manuel Rebanda (CPC): [– \(áudio 33:12 a 34:41 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Declara o voto de abstenção da CPC.

Intervenção do deputado municipal Manuel Rocha (CDU): [– \(áudio 34:50 a 35:15 minutos – 4ª gravação\)](#)

- Declara não deverem ser as autarquias, mas sim o poder central, a pagar os custos da baixa do IRS e por isso, declara o seu voto contra.

Deliberação nº 58/2015 (17/11/2015)

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal de Coimbra, datada de 26 de Outubro de 2015, deliberou, *por maioria, com 24 votos a favor, 9 votos contra e 13 abstenções, aprovar a Participação variável no IRS para 2016.*

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos

6. Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) 2016;

Deliberação nº 59/2015 (17/11/2015)

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal de Coimbra, datada de 26 de Outubro de 2015, deliberou, *por unanimidade, aprovar a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) 2016.*

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos.

7. Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) relativo a 2016, a liquidar e cobrar em 2016;

Intervenção do deputado municipal José Bandeirinha (CpC): [– \(áudio 39:36 a 43:40 minutos – 4ª gravação – anexo 11\)](#)

- Relembra critérios que devem presidir ao IMI, sobre Cidade Consolidada e concorda parcialmente com a actual proposta;

Intervenção do deputado municipal Sampaio e Nora (CDS): [– \(áudio 44:21 a 47:23 minutos - 4ª gravação\)](#)

- Relembra estudos sobre expectativas de aumento de receita em Coimbra que justificariam a redução do IMI, para as famílias numerosas;
- Critica a política de habitação e propõe voto separado para os prédios urbanos à taxa mínima de 0.3%.

Intervenção da deputada municipal Ana Janine (CPC): [– \(áudio 47:55 a 50:13 minutos - 4ª gravação\)](#)

- Defende desagravamento do IMI para as famílias numerosas, como acontece em 15 municípios do distrito.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): – [\(áudio 50:42 a 56:10 minutos - 4ª gravação\)](#)

- Discorda da tese do Deputado Bandeirinha, por descriminar negativamente, as zonas rurais do concelho;
- Defende que há famílias com poucos filhos, mas com ascendentes a cargo. Descriminar uns contra os outros, é uma injustiça inaceitável;
- Louva Câmara Municipal por ter fixado a mais baixa taxa de sempre do IMI, no concelho de Coimbra

Declaração em defesa da honra da deputada municipal Ana Janine (CPC): – [\(áudio 56:56 a 57:54 minutos - 4ª gravação\)](#)

- Critica o Deputado Ferreira da Silva pela sua intervenção com referências às idades dos deputados.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): – [\(áudio 58:09 a 58:46 minutos - 4ª gravação\)](#)

- Diálogo imperceptível – o deputado falou fora do microfone.

Intervenção do Presidente U F de Santa Clara e Castelo Viegas: – [\(áudio 58:58 minutos - 4ª gravação a 01:22 minutos - 5ª gravação\)](#)

- Não aprova a taxa do IMI, porque diz não ter recebido os 0 1% do IMI a que tem direito.

Intervenção do Presidente U F de Trouxemil e Torre de Vilela: – [\(áudio 01:34 a 04:24 minutos - 5ª gravação\)](#)

- Condena a reprovação por unanimidade, em sede do Executivo Municipal de uma proposta trabalhada pela Autoridade Tributária e por técnicos da Autarquia de Coimbra, relativamente à revisão dos chamados “*coeficientes de localização*”.
- Refere a situação da Estação de tratamentos de Vil de Matos, sita em Rios Frios e refere que sempre disse, que a receita do IMI ia aumentar.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): – [\(áudio 06:37 a 07:40 minutos - 5ª gravação\)](#)

Diálogo imperceptível – O deputado falou fora do microfone.

Intervenção do Presidente da Câmara Municipal: – [\(áudio 07:48 a 17:28 minutos - 5ª gravação\)](#)

- Responde ao Senhor Presidente da União de Freguesias de Santa Clara e Castelo de Viegas;
- O Despacho nº 39/PR/2014 que mandou transferir-lhe, 16.150€, correspondente a essa dotação aqui anunciada e têm os registos em como receberam todas as outras juntas, conforme o compromisso;
- A opção política que foi resolvida pela Câmara e que sustenta a proposta apresentada, tem a ver com o favorecimento de todas as famílias em sede de IRS e não só das 648 famílias do concelho de Coimbra, com 3 ou mais descendentes a cargo, em sede de IMI;
- A Lei das Finanças Locais determina, que quando o estado central reduz a colecta de impostos que são receita municipal, tem de ressarcir os municípios desse valor e não o está cumprir;
- Na nossa disponibilidade achámos que era mais justo intervir na redução do IRS, 0,5% e não, sobre as famílias numerosas;
- No Município de Coimbra, protegemos as famílias numerosas, pela acção social, pelos livros escolares, pelos transportes escolares, pelos transportes colectivos que suportamos, na tarifa social da água e em termos de fiscalidade, como agora propomos;
- Do IMT ninguém falou, mas o que está a decorrer e há um movimento nesse sentido que esperemos não vingue, é substituir o IMT e extinguir a SISA antiga, pelo Imposto de Selo;
- O IMT é um imposto cuja colecta é receita municipal;
- O Imposto de Selo que o iria substituir, reverte a favor do Ministério das Finanças;
- Por lei, as juntas de freguesia recebem 1% directamente da colecta do IMI, imanado da Lei do Orçamento de Estado;
- A Câmara Municipal, apreciou um trabalho técnico do Ministério das Finanças sobre, a mancha de óleo de alastramento do IMI;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

- O zonamento fiscal do concelho de Coimbra foi apreciado tecnicamente e foi dado parecer desfavorável, porque não há nenhum rigor técnico, que sustente o agravamento que foi proposto para o alargamento territorial das taxas máximas do IMI, em termos de zonamento fiscal;
- Não há razão para alterar a taxa e a tabela que é proposta porque ela tem depois repercussões no resto das receitas municipais;
- Nós, cidadãos, temos a percepção de que o IMI é alto, mas o que é curioso, é que em termos colecta nacional, o IMI, reduz-se.

Deliberação nº 60/2015 (17/11/2015)

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal de Coimbra, datada de 26 de Outubro de 2015, deliberou, votar a taxa de 0,35%, separadamente, tendo sido deliberado *por maioria, com 32 votos a favor e 14 votos contra, aprovar o Imposto Municipal Sobre Imóveis (IMI) relativo a 2016, a liquidar e cobrar, em 2016.*

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos

Deliberação nº 61/2015 (17/11/2015)

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal de Coimbra, datada de 26 de Outubro de 2015, deliberou *por maioria, com 32 votos a favor e 13 votos contra e 3 abstenções* aprovar relativamente ao ano de 2015 a cobrar em 2016, a fixação das seguintes taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e respectivas minorações e majorações:

- Fixar a taxa a aplicar aos prédios rústicos em 0,80%;
- Fixar a taxa a aplicar aos prédios urbanos em 0,35%;
- Fixar uma redução de 30% na taxa de IMI, na área classificada como Património Mundial da Humanidade e para a respectiva zona especial de protecção;
- Fixar uma majoração de 30% na taxa de IMI, a todos os prédios urbanos degradados cuja vistoria técnica confirme essa situação e em que, após notificação, não tenham sido realizadas obras pelos proprietários;
- Fixar uma majoração para o triplo na taxa do IMI a todos os prédios devolutos;
- Fixar uma redução de 25% na taxa de IMI, a todos os prédios classificados como de interesse público, de valor municipal ou património cultural.

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos

Intervenção do Presidente da Assembleia Municipal: -(áudio 22:12 a 25:13 minutos - 5ª gravação)

- Declara terminadas as votações em matéria tributária.
- Sublinha a significativa melhoria da feitura e apresentação dos documentos;
- Lamenta que com tanta matéria para estudo não haja circunstancia, tempo, nem lei para levar estes debates com a profundidade que eles merecem. Estes documentos traduzem a vida da cidade e tem ser estudos com rigor.

Intervenção do deputado municipal Ferreira da Silva (PS): -(áudio 25:22 a 26:36 minutos - 5ª gravação)

Diálogo imperceptível – o deputado falou fora do microfone.

8. Associação “Caminhos de Fátima”

- Constituição da Associação
- Estatutos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE COIMBRA

Deliberação nº 62/2015 (17/11/2015)

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal de Coimbra, datada de 26 de Outubro de 2015, deliberou *por unanimidade*, aprovar a *Constituição da Associação e os Estatutos da Associação “Caminhos de Fátima”*

Deliberação tomada em minuta para efeitos imediatos

9 AC, Águas de Coimbra, EM – tomar conhecimento;

Intervenção do deputado municipal Paulo Coelho (CDU): [–\(áudio 28:30 a 31:40minutos – 5ª gravação\)](#)

– Declara o direito à água um direito fundamental.

A Assembleia Municipal de Coimbra tomou conhecimento.

10 IPARQUE, S.A – EM – tomar conhecimento;

A Assembleia Municipal de Coimbra tomou conhecimento.

11 Prodeso – Ensino Profissional, Lda. – tomar conhecimento;

A Assembleia Municipal de Coimbra tomou conhecimento.

12 Jogos Europeus Universitários – EUG Coimbra 2018 – Minuta do Acordo de Colaboração – tomar conhecimento

A Assembleia Municipal de Coimbra tomou conhecimento.

E sendo vinte horas, o Presidente da Assembleia Municipal, declarou encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta que será previamente distribuída a todos os membros da Assembleia Municipal, para posterior aprovação.